

**SUMÁRIO**

<i>Prefácio</i> – CELSO ANTÔNIO BANDEIRA DE MELLO .....	7
<i>Nota à 25ª edição</i> .....	9
<i>Notas às edições anteriores (24ª à 2ª)</i> .....	10
<i>Introdução</i> .....	27

---

**Título I – PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS TRIBUTÁRIOS**


---

**Capítulo I – Princípios Constitucionais**

1. Introdução .....	33
2. Noção de princípio .....	42
3. Princípios jurídicos. Princípios jurídico-constitucionais .....	44
4. O princípio jurídico-constitucional e a interpretação .....	48
5. O princípio constitucional como diretriz do sistema jurídico ...	56
6. A Magna Carta e a supremacia dos princípios constitucionais	58
7. Outras considerações .....	60

**Capítulo II – Princípio Republicano e Tributação**

1. Noções preliminares .....	64
2. Conceito de República. Seus elementos .....	65
3. Proibição de vantagens tributárias fundadas em privilégios ..	83
4. O princípio republicano e a igualdade tributária .....	86
5. O alcance do princípio republicano .....	87
6. A relevância jurídica do princípio republicano .....	88
7. O princípio republicano e a competência tributária .....	90
8. O princípio republicano e a capacidade contributiva .....	93
8.1 <i>Noções gerais</i> .....	97
8.2 <i>Destinatários do princípio da capacidade contributiva</i> .....	100
8.3 <i>Eficácia do princípio da capacidade contributiva</i> .....	101
8.3.1 <i>Capacidade contributiva e não-confiscatoriedade</i> .....	107
8.4 <i>Análise jurídica do tópico “sempre que possível (...)” (art. 145, § 1º, primeira parte, da CF)</i> .....	110
8.4.1 <i>O IPTU e a capacidade contributiva</i> .....	114
8.4.2 <i>O IR e a capacidade contributiva</i> .....	123
8.5 <i>Síntese conclusiva</i> .....	130

---

### Capítulo III – Princípio Federativo e Tributação

1.	Colocação do tema .....	131
2.	A natureza jurídica do Estado Federal .....	132
2.1	<i>A soberania e o Estado</i> .....	134
2.2	<i>Os Estados simples e as Uniões de Estados</i> .....	137
2.2.1	As Uniões pessoais .....	139
2.2.2	As Confederações de Estados .....	140
	2.2.2.1 Diferenças entre a Confederação de Estados e o Estado Federal.....	142
2.3	<i>O Estado Unitário Descentralizado e o Estado Federal</i> .....	142
2.4	<i>As Uniões reais e o Estado Federal</i> .....	144
2.5	<i>Outras características do Estado Federal</i> .....	145
3.	O princípio Federativo, no Brasil .....	147
3.1	<i>Igualdade jurídica entre a União e os Estados-membros</i> .....	148
3.2	<i>A natureza jurídica da União</i> .....	150
3.3	<i>A indissolubilidade da Federação Brasileira</i> .....	151
3.4	<i>A competência residual dos Estados</i> .....	153
3.5	<i>A coexistência das autonomias federal e estaduais</i> .....	155
3.6	<i>As leis complementares estaduais</i> .....	156
3.7	<i>A relevância jurídica do princípio federativo, no Brasil</i> .....	157
4.	Os Estados-membros e suas Constituições .....	158
4.1	<i>A igualdade jurídica dos Estados-membros</i> .....	165
5.	Últimas considerações .....	166

### Capítulo IV – Autonomia Municipal e Tributação

1.	Introdução .....	168
2.	Caráter jurídico do princípio .....	170
3.	O conteúdo da “autonomia municipal” .....	173
4.	O art. 30 da CF e os assuntos de interesse local. A lei orgânica municipal .....	175
5.	Assuntos de interesse simplesmente local .....	179
6.	Resposta aos críticos da fórmula “assuntos de interesse local” .....	183
7.	O art. 30 da CF e seu rol exemplificativo .....	185
8.	A relevância jurídica do princípio da autonomia municipal ...	186
9.	A competência tributária do Município em face do art. 30 da CF.....	188
10.	Outras considerações .....	190
11.	A autonomia do Distrito Federal .....	190

### Capítulo V – Princípio da Anterioridade e Tributação

1.	Noções preliminares .....	194
2.	Exceções ao princípio e aparente exceção .....	208

2.1	<i>As “contribuições” (art. 149 e seu § 1º da CF), os empréstimos compulsórios do art. 148, II, da CF, os impostos residuais da União (art. 154, I, da CF) e o princípio da anterioridade</i> .....	215
2.2	<i>Conclusão parcial</i> .....	218
3.	O princípio da anualidade: a possibilidade jurídica de sua inclusão nas Constituições estaduais e nas leis orgânicas dos Municípios e do Distrito Federal .....	219
4.	O princípio da anterioridade e a alteração das formas e dos prazos de pagamento do tributo .....	223
5.	As isenções tributárias e o princípio da anterioridade .....	226
5.1	<i>Outro caminho</i> .....	227
5.2	<i>A revogação das isenções de ICMS e o princípio da anterioridade</i> ...	229
5.3	<i>As isenções advindas de tratados internacionais e o princípio da anterioridade</i> .....	234
5.3.1	<i>Tratados internacionais. Noção geral</i> .....	234
5.3.2	<i>Os tratados internacionais, no Brasil</i> .....	239
5.3.3	<i>Os tratados internacionais tributários</i> .....	242
5.4	<i>A isenção tributária com prazo prefixado de vigência e o princípio da anterioridade</i> .....	243
5.5	<i>As isenções concedidas com base no art. 156, § 3º, II, da CF e o princípio da anterioridade</i> .....	244
6.	A delegação da capacidade tributária ativa e o princípio da anterioridade .....	245
7.	Síntese conclusiva .....	246

## Capítulo VI – Legalidade e Tributação

1.	Introdução .....	247
2.	O princípio da legalidade. Generalidades .....	251
2.1	<i>A lei e o tributo</i> .....	255
3.	A legalidade no direito tributário brasileiro	
3.1	<i>Aspectos gerais</i> .....	259
3.2	<i>A lei como limitação ao exercício da competência tributária</i> .....	269
3.3	<i>Novas considerações</i>	
3.3.1	<i>Generalidades</i> .....	270
3.3.2	<i>A regra solve et repete e a legalidade tributária</i> .....	274
3.3.3	<i>A legalidade e o prazo e as condições de recolhimento dos tributos. A indexação dos tributos (sua impossibilidade, ainda que prevista em lei)</i> .....	277
3.4	<i>Lei ordinária e tributação</i>	
3.4.1	<i>Circunscrição do problema</i> .....	281
3.4.2	<i>As medidas provisórias e a tributação</i> .....	284
3.4.2.1	<i>Os impostos previstos no art. 153, I, II, IV e V, da CF, o imposto sobre movimentação ou transmissão</i>	



	de valores e de créditos e direitos de natureza financeira, a contribuição provisória sobre movimentação ou transmissão de valores e de créditos e direitos de natureza financeira (CPMF) e as medidas provisórias .....	297
3.4.2.2	Os impostos extraordinários e as medidas provisórias .....	299
3.4.2.3	Os empréstimos compulsórios, os impostos da competência residual da União, o imposto sobre movimentação ou transmissão de valores e de créditos e direitos de natureza financeira e as medidas provisórias .....	300
3.4.2.4	As “contribuições sociais para a seguridade social” e as medidas provisórias .....	302
3.4.2.5	Últimas colocações .....	303
3.4.3	As leis delegadas e a tributação .....	305
3.4.4	Síntese conclusiva .....	307
4.	Aparentes exceções ao princípio da legalidade tributária .....	307
5.	Considerações sobre o “processo legislativo” e a lei ordinária .....	315
5.1	<i>A iniciativa</i> .....	317
5.2	<i>A deliberação</i> .....	326
5.3	<i>A sanção</i> .....	328
5.4	<i>A promulgação</i> .....	330
5.5	<i>A publicação</i>	
5.5.1	Noções gerais .....	333
5.5.2	Conceito .....	335
5.6	<i>Epítome</i> .....	340
6.	A revogação das leis tributárias	
6.1	<i>Noções básicas</i> .....	340
6.2	<i>Assuntos paralelos</i> .....	341
6.3	<i>A irreprestabilidade</i> .....	344
7.	A legalidade e os deveres instrumentais tributários .....	346
8.	O “desvio de poder” no exercício da função legislativa tributária. Sua inconstitucionalidade.....	354
9.	A irretroatividade das leis tributárias .....	358
10.	Limitações ao princípio da legalidade .....	372
11.	A lei e a faculdade regulamentar .....	374
11.1	<i>A “referenda” do regulamento tributário. Sua imprescindibilidade</i> .....	397
12.	Legalidade e os princípios federativo, da autonomia municipal e da autonomia distrital .....	401

## Capítulo VII – Segurança Jurídica e Tributação

1.	Noções introdutórias .....	403
----	----------------------------	-----

2.	Estado de Poder e Estado de Direito .....	408
2.1	<i>O Estado de Direito e os direitos fundamentais</i> .....	410
2.2	<i>Origem da proteção jurídica aos direitos fundamentais</i> .....	411
2.3	<i>O alcance dos direitos fundamentais</i> .....	413
3.	Direitos fundamentais e tributação .....	433
3.1	<i>O “estatuto do contribuinte”</i> .....	435
4.	Segurança jurídica da tributação e os princípios da tipicidade fechada, do exclusivismo, da vinculação do lançamento à lei, da interpretação estrita da lei, da igualdade, da confiança na lei fiscal e da boa-fé do contribuinte .....	440
5.	A segurança jurídica e o “livre acesso” ao Poder Judiciário ....	453
6.	A inconstitucionalidade da responsabilidade tributária por fato futuro (substituição tributária “para frente”) .....	468
7.	A segurança jurídica e as presunções, ficções e indícios.....	473
7.1	<i>Das presunções</i> .....	475
7.2	<i>Das ficções</i> .....	478
7.3	<i>Dos indícios</i> .....	480
7.4	<i>Conseqüências a tirar</i> .....	485
7.5	<i>A norma geral anti-elisiva. Sua correta compreensão</i> .....	488
7.5.1	<i>Da simulação fiscal</i> .....	489
8.	A quebra do sigilo bancário. Sua inconstitucionalidade .....	491
9.	Garantias dos contribuintes, diante da tributação.....	496
10.	Considerações finais .....	498

---

## Título II – COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA

---

### Capítulo VIII – Competência Tributária – Definição – Características

1.	Considerações gerais .....	501
2.	Competência tributária	
2.1	<i>Introdução</i> .....	503
2.2	<i>A Constituição como a Carta das Competências</i> .....	504
2.3	<i>Conceito</i> .....	505
2.4	<i>O exercício da competência tributária</i> .....	509
2.5	<i>A competência tributária e seus limites jurídicos</i> .....	509
2.6	<i>A competência tributária e o estado de sujeição dos contribuintes</i> ...	510
2.7	<i>Os titulares da competência tributária</i> .....	511
2.8	<i>A competência tributária e a criação de tributos</i> .....	512
2.9	<i>Questões conexas</i> .....	515
2.10	<i>Competência tributária e os “arquétipos” dos tributos</i> .....	516
3.	Características .....	519
3.1	<i>Privatividade</i>	
3.1.1	<i>Introdução ao assunto e análise de questões paralelas</i> .....	519

---

3.1.2	A classificação jurídica dos tributos .....	525
3.1.2.1	Os impostos .....	530
3.1.2.2	As taxas. Suas modalidades. Taxas e “preços públicos”. O pedágio .....	537
3.1.2.3	A contribuição de melhoria .....	562
3.1.2.4	Os empréstimos compulsórios .....	571
3.1.2.5	As “contribuições parafiscais” .....	583
3.1.2.6	Os “impostos extraordinários” .....	584
3.1.2.7	As “contribuições” (art. 149 e seus parágrafos da CF) .....	587
3.1.2.8	Síntese conclusiva .....	649
3.1.3	A privatividade das competências tributárias em relação aos impostos. Os critérios “material” e “territorial” de partilha das competências impositivas .....	650
3.1.4	A privatividade das competências tributárias em relação às taxas e à contribuição de melhoria (tributos vinculados a uma atuação estatal) .....	657
3.2	<i>Indelegabilidade</i> .....	661
3.3	<i>Incaducabilidade</i> .....	670
3.4	<i>Inalterabilidade</i> .....	674
3.5	<i>Irrenunciabilidade</i> .....	676
3.6	<i>Facultatividade</i> .....	677
4.	<b>Repartição das receitas tributárias</b>	
4.1	<i>Colocação do problema</i> .....	687
4.2	<i>Hipótese em que nasce o direito à participação nas receitas tributárias</i> .....	688
4.3	<i>Tema financeiro. A importância de seu estudo</i> .....	692
4.4	<i>As fórmulas adotadas pela Constituição Brasileira na repartição das receitas tributárias</i> .....	694
4.4.1	Os Estados-membros e a partilha de suas rendas aos Municípios localizados em seus territórios .....	701
4.4.2	Cautelas constitucionais .....	704
4.5	<i>Breve conclusão</i> .....	707
5.	<b>Tributação e defesa do meio ambiente</b> .....	707
6.	<b>Últimas considerações</b> .....	711

### Capítulo IX – Imunidades Tributárias

1.	<b>Introdução</b> .....	724
2.	<b>A impossibilidade de serem ignoradas as situações de imunidade</b> .....	732
3.	<b>As acepções da expressão “imunidade tributária”</b> .....	735
4.	<b>As imunidades do art. 150, VI, da CF</b> .....	738
4.1	<i>As imunidades das pessoas políticas</i> .....	738

---



4.2	<i>As imunidades dos templos de qualquer culto</i> .....	759
4.3	<i>As imunidades dos partidos políticos e suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores e das instituições de educação e assistência social</i>	
4.3.1	Considerações gerais .....	764
4.3.2	Imunidades dos partidos políticos e suas fundações .....	770
4.3.3	As entidades sindicais dos trabalhadores .....	772
4.3.4	As instituições de educação .....	774
4.3.5	As instituições de assistência social .....	784
4.4	<i>Imunidades aos livros, jornais, periódicos e papel destinado à sua impressão</i>	
4.4.1	Considerações gerais .....	791
4.4.2	A acepção da palavra "livros", para fins de imunidade .....	794
4.4.2.1	Desdobramento da idéia .....	796
4.4.2.2	Distinção importante .....	798
4.4.2.3	A indeterminação da palavra "livro". Sua irrelevância, para fins de imunidade tributária.....	799
4.4.2.4	A desvinculação do livro ao papel, para fins de imunidade tributária.....	802
4.4.3	Ainda o papel de imprensa e outros "insumos" .....	807
4.4.3.1	Explicação necessária .....	808
4.4.4	Considerações adicionais .....	810
5.	A imunidade do art. 150, § 2º, da CF .....	811
6.	Demais imunidades .....	814
6.1	<i>A imunidade do art. 149, § 2º, I, da CF</i> .....	814
6.2	<i>A imunidade do art. 153, § 2º, II, da CF</i> .....	815
6.3	<i>A imunidade do art. 153, § 3º, III, da CF</i> .....	816
6.4	<i>A imunidade do art. 153, § 4º, II, da CF</i> .....	817
6.5	<i>A imunidade do art. 155, § 2º, X, "a", da CF</i> .....	820
6.6	<i>A imunidade do art. 155, § 2º, X, "b", da CF</i> .....	823
6.7	<i>A imunidade do art. 155, § 2º, X, "c", da CF</i> .....	827
6.8	<i>A imunidade do art. 155, § 2º, X, "d", da CF</i> .....	829
6.9	<i>A imunidade do art. 155, § 3º, da CF</i> .....	835
6.10	<i>A imunidade do art. 156, II, "in fine", da CF</i> .....	839
6.11	<i>A imunidade do art. 156, § 2º, I, da CF</i> .....	841
6.12	<i>A imunidade do art. 184, § 5º, da CF</i> .....	846
6.13	<i>A imunidade do art. 195, § 7º, da CF</i> .....	846
7.	As imunidades e os deveres instrumentais tributários .....	860

## Capítulo X – Isenções Tributárias

1.	Observações introdutórias .....	861
2.	Conceito .....	865
2.1	<i>Isenção como "dispensa legal do pagamento do tributo"</i> .....	865

2.2	<i>Isenção como “hipótese de não-incidência tributária, legalmente qualificada”</i> .....	866
2.3	<i>Posição de Paulo de Barros Carvalho</i> .....	870
2.4	<i>Novas idéias</i> .....	875
3.	<b>Competência para isentar, no Brasil</b> .....	878
3.1	<i>Isenções concedidas por lei ordinária</i> .....	878
3.2	<i>Isenções concedidas por lei complementar</i> .....	884
3.3	<i>Isenções concedidas por meio de tratados internacionais</i> .....	886
3.4	<i>Isenções concedidas por decreto legislativo estadual ou distrital (ICMS)</i> .....	889
3.5	<i>Revogação de isenção tributária e anterioridade</i> .....	892
4.	<b>Questões paralelas</b> .....	892
4.1	<i>Modalidades de isenções tributárias</i> .....	892
4.1.1	<i>Isenções transitórias e permanentes. Conseqüências jurídicas de sua revogação</i> .....	892
4.1.2	<i>Isenções condicionais e incondicionais</i> .....	894
4.1.3	<i>Isenções condicionais, com prazo certo. Conseqüências jurídicas de sua revogação</i> .....	896
4.2	<i>O campo de incidência das leis isentivas</i> .....	903
4.3	<i>Isenções de ICMS, concedidas por lei complementar, antes do advento da atual Constituição. Seu desaparecimento</i> .....	906
5.	<b>Isenção, remissão e anistia tributárias. Suas diferenças jurídicas</b> .....	909
6.	<b>Conclusão</b> .....	912

**Capítulo XI – Normas Gerais  
em Matéria de Legislação Tributária**

1.	<b>Introdução</b> .....	913
2.	<b>A Constituição e as normas gerais em matéria de legislação tributária</b> .....	915
2.1	<i>Os prazos de decadência e prescrição das “contribuições previdenciárias”</i> .....	937
2.2	<i>O tratamento diferenciado e favorecido para as microempresas e para as empresas de pequeno porte</i> .....	941
3.	<b>O caráter declaratório das normas gerais em matéria de legislação tributária</b> .....	945
4.	<b>O alcance das normas gerais em matéria de legislação tributária</b> .....	947
5.	<b>Novos argumentos</b> .....	951
5.1	<i>Conflitos de competência tributária. Como as normas gerais em matéria de legislação tributária devem evitá-los</i> .....	955
6.	<b>O Código Tributário Nacional e as normas gerais em matéria de legislação tributária</b> .....	957



7. Outras leis complementares tributárias .....	960
7.1 A lei complementar prevista no art. 148 da CF .....	960
7.2 A lei complementar prevista (implicitamente) no art. 150, VI, "c", da CF .....	960
7.3 A lei complementar prevista (implicitamente) no art. 150, § 5 <sup>o</sup> , da CF .....	961
7.4 A lei complementar prevista no art. 153, VII, da CF .....	962
7.5 A lei complementar prevista (implicitamente) no art. 153, § 2 <sup>o</sup> , II, da CF .....	963
7.6 A lei complementar prevista no art. 154, I, da CF .....	964
7.7 A lei complementar prevista no art. 155, § 1 <sup>o</sup> , III, da CF .....	964
7.8 A lei complementar prevista no art. 155, § 2 <sup>o</sup> , XII, da CF .....	966
7.9 A lei complementar prevista no art. 156, III, da CF .....	977
7.10 A lei complementar prevista no art. 156, § 3 <sup>o</sup> , I, da CF .....	988
7.11 A lei complementar prevista no art. 156, § 3 <sup>o</sup> , II, da CF .....	992
7.12 A lei complementar prevista no art. 156, § 3 <sup>o</sup> , III, da CF .....	999
7.13 A lei complementar prevista no art. 195, § 4 <sup>o</sup> , da CF .....	999
7.14A lei complementar prevista (implicitamente) no art. 195, § 7 <sup>o</sup> , da CF .....	1.000
7.15A lei complementar prevista no art. 195, § 11, da CF .....	1.000
7.16A lei complementar prevista no art. 2 <sup>o</sup> da EC 3/1993 .....	1.001
8. Lei complementar estadual veiculadora de "normas gerais em matéria de legislação tributária". Sua possibilidade .....	1.001
9. Últimas considerações .....	1.004
<b>Capítulo XII – Conclusões .....</b>	<b>1.005</b>
<b>Bibliografia .....</b>	<b>1.027</b>
<b>Índice de artigos de lei citados .....</b>	<b>1.047</b>
<b>Índice remissivo de autores .....</b>	<b>1.069</b>
<b>Índice alfabético-remissivo .....</b>	<b>1.079</b>